

STJ00096048
COORDENADORA
Dayse Starling Lima Castro

Constitucional



**Processo
Constitucional**



Administrativo



Eleitoral



Previdenciário



Tributário

Belo Horizonte
2008

■ Direito Constitucional

Aníbal Magalhães da Cruz Matos ___ 17

A Mutabilidade do Conceito de Povo como Mecanismo de Justificação da Soberania

Guilherme Raso Marques ___ 26

A Crise de Legitimidade do Poder Estatal no Brasil

Érica Vanessa de Assunção Borges ___ 37

Análise Democrática dos Direitos Fundamentais

Walid Machado Botelho Arabi ___ 49

Breves Considerações Acerca do Princípio da Proporcionalidade no Direito Constitucional Brasileiro

Paola Coelho Gerszteln ___ 63

Princípio da Capacidade Contributiva e Mínimo Existencial

Andressa Silmara Alves Carvalho Rios ___ 74

Eutanásia: o direito de morrer com dignidade?

José Araújo de Brito Neto ___ 83

A Efetivação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Direito dos Homossexuais no Brasil

Paula Fabiana Oliveira Barbosa ___ 94

Interrupção Terapêutica de Fetos Anencéfalos Frente ao Direito Fundamental à Vida

Priscilla Pierangeli ___ 104

A Reprodução não Autorizada da Imagem como Garantia Constitucional

Rosana Chinchilla de Oliveira ___ 114

Patrimonialização do Direito de Construir

Guilherme Siqueira de Carvalho ___ 128

Análise das Limitações Constitucionais ao Direito de Propriedade Urbana

Floilde Lacerda Lage Sales ___ 139

O Confronto Normativo entre a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica em Face da Prisão do Depositário Infiel, no Processo de Execução

Mariana Barbosa Salgado ___ 153

A Liberdade Provisória em Face das Garantias Constitucionais Processuais

Michael Henrique Silva ___ 164

Conflito de constitucionalidade: A concessão do habeas corpus em razão das prisões disciplinares aplicadas aos militares

José Marcelo Ferrelra Marques ___ 174

A Assistência Jurídica da Constituição Federal e os Problemas para o Efetivo Acesso à Justiça Brasileira

Leon Elias Nogueira Barbosa ___ 187

O Princípio Constitucional da Coisa Julgada e a sua Inconstitucional Relativização

Felipe Lima de Paula ___ 195

Análise da Constitucionalidade do Artigo 5º, § 3º da Constituição da República, Inserido pela Emenda Constitucional nº 45/2004

Antônio Raimundo de Castro Queiroz Júnior ___ 204

Organização Internacional do Trabalho – Integração das Normas Internacionais – Convenção nº 158 da OIT – Um Breve Estudo sobre a Validade da Convenção

Paula Maria Sáez Castellões Menezes ___ 223

Aumento do Poder Normativo do Executivo Através da Alteração Imposta pela Ec 32/01

Alfson Miranda Braga ___ 232

Comissões Parlamentares de Inquérito: História, Poderes e Limites

Eduardo Fagundes Fernandino ___ 243

Legitimidade Democrática do Tribunal de Contas: O Controle de Constitucionalidade das Leis

Guilherme Vilmar Andere Teixeira ___ 253

As Competências e Atribuições dos Tribunais de Contas Perante os Órgãos Legislativos Municipais

Edilson Vitorelli Diniz Lima ___ 267

Prerrogativas Institucionais do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas: uma Visão Crítica

Fernanda Barata Diniz ___ 277

Judicialização da Saúde

Otávia Míriam Lima Santiago Reis ___ 285

**O Ressarcimento ao SUS pelas Operadoras de Planos de Saúde:
Fundamento Jurídico da Cobrança**

■ Processo Constitucional

Márcia Gomes da Silva Freitas ___ 301

**O Princípio da Proporcionalidade e o Controle Preventivo de
Constitucionalidade no Processo Legislativo**

Cassandra Eliza Peixoto Laviola Vagllano ___ 311

**Controle de Constitucionalidade: Sistema Concentrado e os Efeitos
Jurídicos de suas Decisões**

Christian Amaral Horta ___ 328

**Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão contra o Poder
Legislativo e sua Efetividade**

Danilo Fontes da Silva ___ 338

**Análise dos Preceitos Constitucionais Fundamentais na Perspectiva
da Propositura de Arguição de Descumprimento**

Clayson Lopes de Souza ___ 350

**O Sobrestamento da Pauta de Votação do Congresso Nacional, em
Virtude de Declaração Procedente em ADIN Por Omissão, Como Meio
de Garantia da Efetividade dos Direitos Assegurados na Constituição**

Diogo Domínic Soriano ___ 360

Aspectos Jurídico-Constitucionais das Súmulas Vinculantes

Leonardo de Matos Cerqueira Gomes ___ 370

A Doutrina do Stare Decisis e sua Influência nas Súmulas Vinculantes

■ Direito Administrativo

Heriberto da Silva Corrêa ___ 383

O Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa

Alexandre Vieira Bruzadelli ___ 407

O Poder Discricionário da Administração Pública

Micheline Mariana Sirló Lopes ___ 423

O Princípio Constitucional da Eficiência nas Licitações Públicas

Ana Luiza Gomes de Araujo ___ 430

Aspectos Jurídico-Constitucionais das Políticas Públicas

Neander Silva Araújo ___ 444

Considerações sobre a Participação e o Controle Popular na administração Pública

Yumel Oliveira Andrade ___ 451

Participação Popular no Controle dos Atos da Administração Pública

Cássia de Oliveira Faria ___ 463

Ação Popular como Instrumento Constitucional no Controle das Contas Públicas

Maíra Guimarães de Alenca ___ 470

O Controle Judicial do Mérito Administrativo sob a Ótica da Constitucionalização do Direito Administrativo

Vítor André Merlo Rocha ___ 482

O Controle Jurisdicional da Discricionariedade Administrativa

Ana Helena Duarte Timponi ___ 490

Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário: Limites Impostos à Discricionariedade

Carlos Eduardo Cancherini ___ 499

Controle Jurisdicional da Discricionariedade do Ato Administrativo

José Henrique Righi Rodrigues ___ 508

Apreciação Jurisdicional do Mérito dos Atos Administrativos Discricionários de Conceitos Indeterminados

Elaine Aparecida Moreira Valeriano ___ 519

Princípio da Legalidade e a Convalidação de Atos Administrativos Irregulares sob o Fundamento da Ausência de Lesividade ao Interesse Público

Carlos Murilo Câmara Ribeiro ___ 528

O Poder de Polícia na Manutenção da Ordem Pública

Valéria Ramalho Fonseca ___ 539

O Novo Regime Jurídico do Servidor Público em Decorência da Constitucionalização e o Princípio da Eficiência

Fábio Vítor Rocha Couto ___ 549

A Greve no Serviço Público

Eduardo Monção Nascimento ___ 557

Aplicação da Idade como Critério de Desempate em Concurso Público

Daniel Barros Garcia ___ 569

Responsabilidade Funcional do Advogado Público Parecerista

Débora Pereira Turchetti ___ 578

A Aplicabilidade do Teto Remuneratório no Âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais

Patrícia da Cunha Gurgel ___ 591

Aspectos Jurídico-Constitucionais do Processo Administrativo Militar

Fábio Luls dos Santos Cassavari ___ 603

O Contraditório e a Ampla Defesa no Processo Administrativo Disciplinar Militar

Gumercino Dias de Andrade Filho ___ 615

Análise da Competência para o Processamento e Julgamento do Mandado de Segurança nas Hipóteses de Punições Disciplinares no Âmbito da Justiça Militar

Pauliane Maresa Machado Pereira Monteiro ___ 623

A Arbitragem e as Concessões de Serviço Público no Paradigma do Estado Democrático de Direito

Renata Gaspar Souza ___ 635

Aplicabilidade do Princípio da Eficiência nas Licitações

Edinéla Pereira Lopes ___ 645

Licitação: Principiologia e Aplicabilidade do Pregão nos Municípios com Baixas Condições de Desenvolvimento Socioeconômico

Marcus Wardil Amaral ___ 657

O Pregão Eletrônico Frente aos Princípios da Eficiência e da Competitividade

Alexandre Castro Muzzi ___ 666

Fundamentos das Parcerias Público-Privadas

Frederico Vasconcelos Pinheiro ___ 677

A Importância das Parcerias Público-Privadas no Brasil

Albino Vitório-Bernardo ___ 685

Parcerias Público Privadas: Desafios & Limites — Tendências & Perspectivas

Mônica Fonseca Arantes ___ 696

Do Controle da Administração Pública na Parceria Público-Privada

Ricardo Josafainer Evangelista ___ 706

Contratações Emergenciais na Administração Pública: Requisitos de Validade

Maria Paula de Aguiar Machado ___ 715

Reeleitura Constitucional das Cláusulas Exorbitantes nos Contratos Administrativos

Ricardo Magalhães Soares ___ 727

Equilíbrio Econômico-Financeiro: Inaplicabilidade à Delegação Precária de Serviços Públicos

Adrielle Freire Nogueira Andrade ___ 738

A Contratação de Pessoal pelos Municípios para Programas Federais na Área da Saúde Diante da Lei de Responsabilidade Fiscal

Daniel Michel de Souza Bechara ___ 745

Peculiaridades do Contrato de Prestação de Serviços Funerários em Belo Horizonte

Sheila Soares Guimarães de Toledo ___ 754

A Prestação de Serviços de Saneamento Básico por Meio da Formação de Consórcios Públicos: Diretrizes Traçadas pela Lei 11.445/2007

Ellana Oliveira Costa Tafuri ___ 761

Agências Reguladoras

Larissa Adriana Magalhães Carneiro da Silva ___ 771

O Poder Normativo das Agências Reguladoras e o Princípio da Separação de Poderes

Gustavo Henrique Rocha Lopes ___ 780

O Limite do Poder Discricionário das Agências Reguladoras no Processo Administrativo Regulatório Frente ao Controle Judicial

Luclana Figueiredo Akel Fares ___ 791

Autonomia das Decisões das Agências Reguladoras: O Poder Executivo pode Interferir nas Decisões dos Dirigentes das Agências Reguladoras?

Anderson Avellino de Oliveira Santos ___ 799

Gestão Urbana Democrática da Cidade através do Plano Diretor Participativo

Julliana Câmara Sebastião ___ 809

Estatuto das Cidades e seus Instrumentos de Política Urbana: IPTU Progressivo e Desapropriação Sanção

Mariana Fonseca Lage ___ 821

Da Responsabilidade Civil das Organizações Sociais

■ Direito Eleitoral

Camilo Flávio Santos Fonseca ___ 833

Imunidades Parlamentares

Gluseppe Gazzinelli Silva de Barros ___ 843

Condições Constitucionais de Elegibilidade ius honorum

Tais Erthal Rodrigues ___ 854

(In)fideliidade Partidária no Contexto Brasileiro: Aspectos Jurídico-Políticos

Silvan Pelágio Domingues ___ 867

Ação de Impugnação de Mandato Eletivo: a Questão da Legitimação Ativa do Eleitor

Roberta Hygino Roletti ___ 875

Propaganda Eleitoral Negativa: Liberdade de Expressão e Livre Manifestação do Pensamento X Restrição à Propaganda Eleitoral

■ Direito Previdenciário

Bruno Di Fini Xavier ___ 889

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social

Carlos Augusto Ribeiro Ferreira ___ 901

O Estado de Miserabilidade e a Lei nº 8.742/1993

Luiz Ângelo Ferreira do Nascimento ___ 912

A Inafastabilidade da Jurisdição Ante a Ausência de Prévio Requerimento Administrativo em Matéria Previdenciária

Magno Passos Garcia ___ 921

"Interesse Processual" e Prévio Requerimento Administrativo de Benefício Previdenciário

Ana Carolina Afonso Valladares ___ 932

Análise do Fator Previdenciário

Adriana Maria Viégas Meireles ___ 949

O Sistema Previdenciário e a Tributação dos Inativos Prevista na Ec 41/2003

Patrick José Souto ___ 959

O Princípio do Equilíbrio Econômico Financeiro-Atuarial e a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição

■ Direito Tributário

Rodrigo Fischer Cruz ___ 973

A Lei Interpretativa e a Retroatividade em Matéria de Direito Tributário. A Polêmica Envolvendo os Artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 118 de 9 de Fevereiro de 2005

Flávio Lúcio da Rocha Couto ___ 989

Coisa Julgada em Matéria Tributária a Partir das Decisões do Supremo Tribunal Federal

Soraya de Lima Corrêa Ribeiro ___ 1000

O Sócio-Gerente ou Diretor de Empresa como Sujeito Passivo da Ação de Execução Fiscal

Thiago Henrique Silva Alves ___ 1012

Refletindo a Autonomia Municipal no Âmbito Tributário

Andreane Rocha Thomaz ___ 1022

Aspectos Constitucionais sobre a Incidência de ISSQN nos Serviços Cartoriais e Notariais

Félix Corrêa Aragão Neto ___ 1034

Imposto Predial Territorial Urbano: um Estudo Crítico-Analítico a Partir da Emenda Constitucional 29

Cibele Dias Carvalho ___ 1041

Planejamento Tributário e Princípio da Legalidade; Uma Abordagem do Preço de Transferência Regulado pela Lei 9.430/96